

RESUMO

Autores: Juliana Jennifer Marcelino Xavier Leite Damas Soares; Tamara da Silva e Thales Ramos da Silva

A formulação das políticas públicas no Brasil encontra-se atravessada por heranças coloniais e escravocratas que estruturam um padrão persistente de desigualdade social. Nesse cenário, articulam-se os marcadores de raça, gênero, classe, território e sexualidade, que, ao interagirem entre si, produzem múltiplas formas de exclusão e revelam os limites das abordagens universalistas ainda predominantes na ação estatal. Diante desse contexto, busca-se demonstrar como a interseccionalidade, compreendida como fundamento teórico-metodológico e ético-político, pode orientar a construção de uma arquitetura de políticas públicas efetivamente comprometida com a justiça social. Fundamenta-se o estudo nas contribuições de Kimberlé Crenshaw, Angela Davis, Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins, adotando-se abordagem qualitativa e analítica, sustentada em revisão bibliográfica e análise documental de seis políticas públicas: ações afirmativas, saúde indígena, igualdade racial, diversidade de gênero e sexualidade, educação étnico-racial e transferência de renda. A partir de um quadro comparativo e de uma visualização em rede, evidenciam-se as convergências, os limites e os desafios dessas políticas diante das múltiplas opressões estruturais que se reproduzem no interior do Estado. Assim, demonstra-se que incorporar a interseccionalidade de forma transversal em todas as etapas do ciclo das políticas públicas constitui passo essencial para enfrentar desigualdades históricas e fortalecer uma cidadania substantiva, plural e reparadora, ancorada em epistemologias situadas e em práticas emancipatórias de justiça social.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Políticas públicas; Raça; Gênero; Classe social; Justiça social;